

TEORIA DO CAPITAL HUMANO E OS OBJETIVOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Edilaine Cristina da Silva¹
Aluna do curso Especialização
em Ensino de Sociologia (UEL)
Email: edi_corintiana@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca explicitar a Teoria do Capital Humano, mostrando um breve histórico desta teoria, como esta se firma na educação nas últimas décadas e como expõe seus objetivos de forma mascarada para que possa servir aos interesses de mercado. Buscamos expor neste artigo que a educação sob a ótica da Teoria do Capital Humano torna-se uma ferramenta para a adaptação e dominação dos cidadãos.

Este artigo busca mostrar que a Teoria do Capital Humano prega que o maior investimento na educação torna o indivíduo mais competente para concorrer no mercado de trabalho e que sua escolarização pode garantir uma posição melhor ou uma mobilidade social. Contudo, esta teoria deposita no indivíduo a responsabilidade por sua condição social. Esta teoria quando ressalta a questão da competência e da maior escolarização esconde as causas das injustiças sociais e ainda penaliza o indivíduo. A Teoria do Capital Humano tem por função mascarar a realidade e a desigualdade social existente e depositar na educação a chave para mudança social, no entanto, esta teoria auxilia o capitalismo em seus anseios, formando a mão de obra útil e necessária com os valores e atitudes que fomentam e ajudam o capitalismo em sua perpetuação e que no fundo apenas mantém a estrutura existente e aumenta as mazelas sociais. Entretanto, sabemos que devemos buscar uma teoria crítica da educação que busque romper com a atual situação e almeje uma educação que alcance a todos.

Palavras-chave: Teoria do Capital Humano, Capitalismo, Educação, Adaptação.

O presente trabalho tem por objetivo expor e investigar a situação que a educação moderna se encontra na sociedade capitalista, principalmente por constatar que a questão da dominação se potencializa na educação quando esta se volta para o desenvolvimento social e econômico da sociedade capitalista contemporânea.

¹ Texto que foi em parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – “Educação Neoliberal: Educação como prática de dominação”, pela Universidade Estadual de Londrina. Orientado pelo Professor Mestre Edmilson Lenardão.

Com o aprofundamento do tema buscaremos compreender qual é o papel da educação na sociedade capitalista, qual sua função, e como esta se torna um instrumento a serviço das classes dominantes para perpetuação deste modelo que vigora.

Este trabalho consiste na investigação de obras bibliográficas que defendem e atacam a temática em questão e em análise de documentos internacionais que direcionam a criação de políticas educacionais brasileiras. Documentos da UNESCO (Organização das Nações unidas para educação, ciência e cultura), foram utilizados para cotejar a discussão.

Em um primeiro momento situaremos a Teoria do Capital Humano e seus objetivos dentro da educação, mostrando que esta teoria busca vincular a escolarização e a obtenção de algumas competências como forma de alcançar uma melhor posição social. Contudo, esta teoria ao fazer isto mascara as desigualdades e deposita no indivíduo as conseqüências de sua posição e de um possível fracasso.

No segundo momento mostraremos que através de prognósticos de agências internacionais a Teoria do Capital Humano, opera no sistema educacional brasileiro, vinculando o ideário mercadológico com os fins da educação nacional, passando a ideia de que a educação é a redentora de todas as mazelas sociais existentes e sendo assim, é depositada na educação a função de formar a mão de obra necessária para o sistema capitalista. E que a partir dos ideais da Teoria do Capital Humano a educação passa a funcionar seguindo e passando um sistema de valores e atitudes que fomentam o “status quo” do capitalismo e auxilia o mesmo em sua manutenção.

E no terceiro momento vamos expor como nas últimas décadas tem aumentado o valor pelas competências e o ideal de competitividade tem surgido para aliar melhor posição social ao maior período de escolarização. Os ideais de competência para fomentar o individualismo e a concorrência possuem os pressupostos da Teoria do Capital Humano e convergem com a lógica capitalista de formar o cidadão útil para este sistema.

Após exposição dos anseios de agências internacionais, da Teoria do Capital Humano de suas atuais influências nas tendências da educação, buscaremos levantar uma crítica e destacar uma possível cogitação para estarmos constantemente buscando uma mudança.

1- TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Tomaremos como pressuposto que, nas sociedades capitalistas avançadas, a educação escolar está colocada como uma ferramenta para a manutenção do poder do

capital. A educação na sociedade atual esta articulada direta e indiretamente com os interesses capitalistas, pois a educação é um espaço de luta pela hegemonia para possibilitar e oferecer a classe dominante mecanismos para se manter.

Gaudêncio Frigotto (1993) é bastante enfático ao concluir que a educação não apenas passa conhecimentos para o mercado, mas também articula e desarticula outros conhecimentos para os interesses dominantes prevalecerem.

Frigotto (1993) vai além ao dizer que, “a escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros” (p. 44).

Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital. A educação se apresenta com um papel estratégico no contexto neoliberal, formar o trabalhador para o processo de produção. E sendo assim, para Frigotto (1993) “a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho” (p.26).

Analisando estes pressupostos podemos explicitar que a Teoria do Capital Humano (TCH) contempla os investimentos na área da educacional como uma forma de retorno para o trabalho e para o capital, a Teoria do Capital Humano é àquela que prega e deposita fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social.

Nessa teoria, a educação é fundamental para “criar e aumentar” o capital humano. É o processo educativo que produzirá algumas atitudes e conhecimentos para capacitar para o trabalho. Assim sendo, neste ponto de vista, a educação é tida como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento e na distribuição social de renda. No entanto, as questões relacionadas às diferenças de classes são deixadas de lado, pois quem não conseguiu uma posição social melhor deve ser auto responsabilizado, pois não teve méritos. Com relação a este ponto Frigotto (1993) expõe que

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (1993, p.41).

Durante a década de 50, no auge da TCH, passou-se a postular que deveria privilegiar e investir mais em “capital humano” do que em recursos físicos para se alcançar

uma maior renda nacional. Levando-se a concluir que esta teoria relacionava o crescimento e o aumento da renda ao grau de escolarização. E assim sendo, Cunha (1980) nos lembra que, “a educação é reconhecida como uma variável, política estratégica capaz de intensificar o crescimento da renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade justa” (p.16).

A partir deste momento a questão da desigualdade social é colocada como responsabilidade individual, causada por que alguns tiveram mais méritos do que os outros. Isso explica a estratificação social. A sociedade se divide em estratos, pois, os indivíduos que mais merecem por seu esforço e maior escolaridade devem assumir o topo da hierarquia social e ter melhor situação econômica e política. Ocorre a relação direta entre melhor qualificação profissional e maior escolarização de uma pessoa com a diminuição de sua pobreza.

Oliveira (1997) nos lembra o grande peso colocado na educação, mostra também que a educação acaba convergindo com a lógica do capital ao preparar pessoas que sirvam aos interesses deste, reafirmando a Teoria do Capital Humano no seu ato de esconder as verdadeiras relações sociais existentes, pois:

É depositada na educação a expectativa de que esta possa, através da mobilidade social, melhorar os mecanismos de distribuição de renda e inserção produtiva, através do preparo dos indivíduos para o mercado de trabalho (p. 91).

Aparece a ideia da educação como salvadora e redentora dos problemas da sociedade e como aquela que proporciona a ascensão social, a educação como promotora da democracia. Como podemos ver em Mello (1994) que acredita que:

A educação é convocada, talvez prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos (p. 31).

Os aspectos levantados acima são componentes da Teoria do Capital Humano e querem fazer crer que a educação que promove o desenvolvimento econômico dos seus indivíduos conseqüentemente torna-se mais democrática.

Gentili e Silva (1996), afirmam que a função da educação neoliberal é “atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho” (p. 12).

Além de responder as demandas de mão de obra, ou seja, o capital humano, a escola usa uma ideologia neoliberal para transmitir os ideais e valores necessários para o sistema vigente. A educação não qualifica para o trabalho, mas passa as características que são apropriadas para o indivíduo se enquadrar no sistema imposto.

Para a Teoria do Capital Humano, investir nos indivíduos e promover o aumento de sua produtividade pode levar à mobilidade social e melhor distribuição de renda por meio da preparação adequada para o trabalho. Frigotto (1993), afirma que a educação passa a ser definida

Pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica. Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista do mercado (p. 67).

A Teoria do Capital Humana oculta a desigualdade e mostra-se útil para mascarar a realidade e manter a consciência alienada, pois esta teoria tenta explicar e depositar na educação o fator essencial para a produtividade. No campo da educação, a Teoria do Capital Humano não mostra seus verdadeiros objetivos, pois se coloca como um fator predominante para o desenvolvimento econômico. Sendo assim, “uma das funções efetivas da Teoria do Capital Humano reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos” (FRIGOTTO, 1993, p. 53).

A educação sob a ótica desta teoria torna-se uma mera adaptadora e um instrumento que responde às necessidades do sistema produtivo para a manutenção e crescimento do capital. A educação sozinha não é capaz de perpetuar o sistema vigente, mas, segundo Mészáros (1995):

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (p.45).

A Teoria do Capital Humano coloca-se como mascaradora, pois, coloca o investimento na educação como um fator predominante para levar uma pessoa a se desenvolver financeiramente e a levar o seu país a crescer também. Não queremos dizer que seja ruim o investimento na educação e que isso não promova uma mobilidade social, o que queremos ressaltar é que sob a ótica desta teoria a educação é colocada como panacéia para a sociedade, é vista como atividade que pode e tem a função de sanar todos

os problemas sociais. E fazendo isto, depositando na educação a função de sanar todos os males da sociedade, os verdadeiros problemas que causam a desigualdade são deixados de lado.

A Teoria do Capital Humano advoga que o sucesso profissional é devido a alguns “valores” que a pessoa recebeu que acabam aumentando sua produtividade. Assim,

Aspectos ligados a atitudes, valores, resultado do processo de socialização que se efetiva na escola são mais importantes para a produtividade das pessoas na organização enquanto forneçam hábitos de funcionalidade, respeito á hierarquia, disciplina etc. (FRIGOTTO 1993, p. 46).

Kuenzer (1997) expressa a ideia de que a educação, do sistema regular de ensino, tem uma finalidade clara, que é a de preparar os pobres para atuarem no sistema de produção, nas profissões de níveis inferiores.

A autora diz que o que ocorre na escola não é o processo de produção e também reprodução do conhecimento para esta, mas sim uma transmissão de conhecimentos, com conteúdos esvaziados de criticidade que formam o aluno, com habilidades e atitudes flexíveis que é facilmente substituído na nova ordem do mercado. A autora nos lembra que este fator e esta maneira de preparar o cidadão vai na mesma direção da Teoria do Capital Humano que postula que a educação é um fator predominante para a produtividade e para a equalização das injustiças sociais.

Assim, a desigualdade entre os países não é uma questão estrutural, decorrente das relações imperialistas, mas uma questão conjuntural que poderá ser resolvida com o tempo, através de estratégias adequadas, como a formação de recursos humanos e o intervencionismo do Estado no planejamento da educação (KUENZER, 1997, p. 59).

O objetivo desses vínculos é desqualificar a classe trabalhadora e desapropriá-la do saber do seu trabalho. Esses vínculos têm por objetivo responder as demandas do capital, tornando a escola uma instituição funcional ao capitalismo, pois esta torna se desqualificada.

Frigotto (1993) diz que a escola torna-se funcional ao capitalismo, devido a sua ineficiência, como o autor aponta:

Sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva na medida em que a escola é desqualificada para a classe

dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital (p. 224).

Essa desqualificação do trabalho escolar é o resultado de teorias que orientam a forma de organizar e conduzir a prática educativa e de reformas que indicam os rumos das políticas educacionais.

Com relação à teoria analisada, Kuenzer (1997) diz que a educação aparece com um caráter messiânico que é vista como aquela que solucionará os problemas sociais. Vemos assim, que o papel da escola de produzir certas atitudes e valores não é um fim em si mesmo e específico da prática educativa, mas sim, uma prática mediadora que acaba satisfazendo aos interesses do capital. O que objetiva-se é que a educação responda às demandas impostas pelo capital.

Segundo a autora, a educação possui um caráter de mediadora e expressa o mascaramento da Teoria do Capital Humano na medida em que observamos que:

A distribuição do saber é produzido socialmente, e segundo as necessidades do capital, o que permite entender que a sua não democratização expressa pelo seu caráter seletivo e excludente não é uma disfunção, mas a sua própria forma de articulação com o capital. (KUENZER, 1997, p.22).

E assim, a escola se torna uma instituição de formação onde prevalecem as relações de produção, geralmente usada como mediadora dos interesses do capitalismo. A escola oferece o saber deformado, funcional para o capital. Essa distribuição desigual do saber dentro da escola já é uma reprodução do próprio capitalismo, é uma maneira de formar valores úteis e pertinentes para o capital nos indivíduos.

2- NOVO VIÉS DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO E AS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Atualmente os ideais da Teoria do Capital Humano reaparecem com uma nova roupagem e estão entrelaçados com os objetivos educacionais das agências multilaterais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Estes organismos internacionais delineiam o modelo educacional a ser seguido através de políticas, programas e projetos, e segundo estas agências, seguindo estas recomendações os

países podem alcançar um ótimo patamar educacional e poderão concorrer plenamente no mercado mundial.

Nestas recomendações temos menção à Teoria do Capital Humano que vincula a educação ao desenvolvimento econômico. A UNESCO (2005) afirma que os índices de uma renda mais alta estão associados ao um maior nível educacional. A educação é tida como mecanismo para solucionar os problemas da sociedade.

Melhor educação contribui para renda mais alta durante toda a vida e para um crescimento econômico mais robusto para o país, além de ajudar os indivíduos a fazerem escolhas mais informadas sobre fertilidade e outras questões importantes para o seu bem-estar (p.02).

Esta ideia expressa no documento referido, afirma que os benefícios econômicos e individuais estão intimamente ligados à questão da escolarização. A educação é considerada como um fator que coloca as sociedades mais educadas como as mais desenvolvidas e modernas. Neste contexto segundo Cunha (1980, p. 20) a educação é tida como a que pode provocar mudanças sociais e esta,

Tem sido julgada, também, como um instrumento privilegiado para a “correção” das iniquidades existentes na sociedade contemporânea. Através das alterações produzidas nas pessoas na época em que elas são suscetíveis de interiorização de hábitos duradouros, pensa-se poder alterar as relações sociais, vale dizer, construir uma sociedade nova.

Percebemos acima pressupostos da Teoria do Capital Humano onde é depositada na educação a chave para diminuir as desigualdades sociais. E então:

Há uma crença muito difundida, atualmente, de que a educação escolar é um meio eficaz e disponível para que as pessoas possam melhorar sua posição na sociedade. Se as pessoas em pior posição puderem ingressar na escola pública e tiverem motivação para utilizar construtivamente às aquisições intelectuais por elas propiciadas, será certa a melhoria da sua posição (CUNHA, 1980, p. 27).

A UNESCO (2006, p. 16) argumenta que o investimento na alfabetização nos países traz vários retornos positivos para estes. Segundo o documento, ocorrem “benefícios humanos, sociais, culturais, políticos e econômicos.”.

A UNESCO (2006, p. 14) foca seus ideais na questão da Alfabetização. Mesmo neste período da vida educacional já se coloca a educação para promover o desenvolvimento social de uma pessoa e de uma nação. Para isso ocorrem “as ligações

entre alfabetização, à produtividade e o desenvolvimento socioeconômico e social”. Com relação à alfabetização os objetivos da UNESCO (2006, p. 5) afirmam que a educação deve fornecer:

Os conteúdos básicos da aprendizagem (como o conhecimento, as habilidades, os valores e as atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar de forma plena no desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões e continuar a aprender.

Indo ao encontro com a Teoria do Capital Humano vincula a escolarização à melhor qualidade de vida e a uma renda melhor; conseqüentemente, melhor condição social. Então vemos que os ideais mostrados pela UNESCO são os mesmos postulados pela Teoria do Capital Humano, pois segundo esta agência podemos perceber “relações existentes entre qualidade do ensino, crescimento econômico e renda pessoal” (UNESCO, 2005, p. 10).

Coraggio (2003) aborda o financiamento que ocorre na educação a partir dos anos 80 e afirma que o Banco Mundial, por meio de suas políticas busca desenvolver as potencialidades do aluno para responder as demandas do mercado que precisa de trabalhadores mais flexíveis e como mecanismo de ascensão social para os pobres.

O que ocorre é o enquadramento da educação ao modelo neoliberal com a relação desta com o mercado. E a educação torna-se um processo no qual o processo de ensino é colocado como uma empresa que produz os recursos humanos. Como observamos em Coraggio (2003, p. 107).

Pretende-se que o faça, como qualquer empresa submetida à concorrência, ao menor preço possível. Para definir políticas, o modelo sugere realizar um estudo empírico dos “insumos escolares” e de custos, relacionando suas variações às do nível de aprendizado alcançado.

O que podemos perceber é que as relações sociais ficam em segundo plano e a educação fica subordinada a política econômica e também as relações capitalistas e a educação passa a ter um caráter adaptativo a este sistema, formando um cidadão apto para o sistema vigente.

Os documentos trazem programas e projetos no modelo do bem-estar-social que seriam responsabilidade do Estado por meio de políticas públicas. Como no modelo neoliberal, o governo não assume algumas funções, surgem estes projetos

financiados por outros setores da sociedade, que não o Estado, para atender a população menos favorecida. E, segundo o documento da UNESCO (2007, p. 25), “A provisão de bons cuidados e apoio à primeira infância é essencial para todas as crianças, mas, de suma importância para as pobres e vulneráveis, para compensar suas desvantagens”.

Ainda destacando o papel das agências internacionais, percebemos em Miranda (1997, p.38), “uma preocupação dos órgãos internacionais que se colocam a tarefa de pensar a ordem e a democracia no mundo é evitar que o processo de globalização gere mais pobreza e exclusão, comprometendo a estabilidade social e a paz mundial”.

Em 1990 a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), elaborou uma proposta para ajustarem a economia e estabilizarem a economia com o novo paradigma de desenvolvimento e a nova ordem mundial instalada. E assim Miranda (1997, p. 39) expressa que o documento sugere que

Indivíduos, setores sociais e países devam se tornar competitivos, ou seja, devam adequar-se às exigências do mercado. A competitividade autêntica (que se distingue da competitividade perversa baseada na degradação do valor do trabalho, do meio e da qualidade de vida) deve pautar-se, segundo o documento, pelos investimentos em capital humano, buscando convergência entre competitividade e sustentabilidade social, entre crescimento econômico e equidade social.

Podemos perceber que assim como a UNESCO, a CEPAL acredita que existe o vínculo entre recursos humanos e educação. Sabemos que este organismo internacional influencia as políticas educacionais brasileiras e, sendo assim, o eixo central deste órgão acaba por passar os ideais de que a educação promove o desenvolvimento e também uma equidade social.

Estas ideias da Teoria do Capital Humano, atualmente, entrelaçadas aos ideais dos organismos internacionais, fazem com que a educação seja um ponto estratégico para disseminar os ideais capitalistas e a doutrina neoliberal, passando os ideais de que com uma maior qualidade na educação pode-se alcançar um maior desenvolvimento econômico em cada país.

Para Chauí (1999)

O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica nem muito menos o fim da história. Ele é uma ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o

saibam e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas.

Nos ideais passados pela doutrina neoliberal à educação é tida como aquela que deve privilegiar os anseios individuais e é tida como aquela que pode promover uma mobilização nas camadas sociais, devido o investimento nos recursos humanos e a qualidade na educação, por conseguinte, esta doutrina passa a depositar no indivíduo e em suas condições uma maneira deste se sobressair aos demais.

A ligação orgânica entre as doutrinas e práticas neoliberais e os discursos e práticas da qualidade total encontram, no campo educacional, um lugar estratégico em duplo sentido: No nível da ideologia, a consolidação hegemônica de seus princípios, e no nível da economia, a formação de “recursos humanos” compatíveis com as novas exigências impostas pelo mercado (BUENO, 2003, p. 82).

Vemos que o neoliberalismo e qualidade total em educação se apóiam de certo modo à TCH, que enfoca a formação de recursos humanos para servir ao mercado e promover a justiça social.

Nos pressupostos neoliberais a educação torna-se uma mercadoria, que deve passar ideais de produtividade e eficácia aptas para a organização do mercado. E então Chauí (1999, p. 48) nos lembra que:

O neoliberalismo, ao afirmar que os imperativos do mercado são racionais e que, por si mesmos, são capazes de organizar a vida econômica, social e política introduz a idéia de competição e competitividade como solo intransponível das relações sociais, políticas e individuais.

Podemos notar que o termo qualidade total nesta perspectiva não se vincula às ideias humanistas, mas sim a competição avassaladora em nossa sociedade. E colocarmos esta qualidade total como centro do debate acaba tornando-se uma forma de não pensarmos as razões da desigualdade social. Acabamos pensando somente na formação para fornecer indivíduos eficientes e acabamos negando os motivos e as consequências dos males sociais.

A disseminação do individualismo e da livre concorrência torna-se mais frequentes nas premissas da Teoria do Capital Humano e do neoliberalismo, mas com o objetivo de justificar a ordem das posições sociais e propagar os ideais do mercado, como podemos confirmar no trecho a seguir de Frigotto (1993, p. 61):

Se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é culpa do indivíduo. Ou seja, se existem aqueles que têm capital é porque se esforçaram mais, trabalharam mais, sacrificaram o lazer e pouparam para investir.

Nos enlaces destas linhas de pensamento, a individualidade determina, em última instância, a posição econômica e social em que os indivíduos se encontram. Se este pertence à classe dominada é devido a si próprio; foi por que não se esforçou tanto quanto os demais que ocupam melhores posições. Neste contexto o ato educativo passa a ser definido como uma prática eminentemente política e social, e acaba reduzida a uma tecnologia educacional.

Igualmente, a Teoria do Capital Humano, as agências internacionais e os ideais neoliberais vinculam a escolarização à melhor qualidade de vida e a uma renda melhor; conseqüentemente, melhor condição social. Os objetivos desta teoria no âmbito da educação seja há 50 anos atrás ou nos últimos anos é esconder que realmente ocorrem em sociedade e ter a educação como um mecanismo para preparar o capital humano almejado para a manutenção do sistema vigente.

3- EDUCAÇÃO E COMPETITIVIDADE

O ideário de competitividade tem crescido muito nas últimas décadas, e a com esta constatação, percebemos que a UNESCO (2005) postula que um dos objetivos que devem ser alcançados na área educacional é a qualidade. Segundo a agência a má qualidade na educação promove a desigualdade e, sendo assim, os países devem se organizar para que seus sistemas educativos formem os alunos para promover o crescimento econômico.

Uma melhor colocação e competitividade de um país estariam associadas ao seu desenvolvimento educacional. O país, para concorrer em igualdade com os outros, deve investir no capital humano de sua população. Também deve analisar se o desempenho educativo é eficaz para tornar os alunos capacitados e competitivos para o desenvolvimento nacional. Os países começam a “questionar se os alunos que se formam em seus sistemas educacionais possuem a capacitação necessária ao crescimento econômico do país” (UNESCO 2005, p. 6).

Este contexto evidencia o viés adaptativo da educação. Os países começam a analisar se os cidadãos que estão sendo formados estarão aptos a servirem ao

desenvolvimento econômico da nação. Os países começam a questionar se o fator humano que está sendo formado se enquadrará nos valores impostos pelo sistema vigente.

Os documentos também afirmam que a maior formação amplia as possibilidades de desenvolvimento pessoal e da nação. Segundo podemos ver no documento da UNESCO (2005) “O aperfeiçoamento da qualidade da educação contribui para que seja alcançada uma vasta gama de objetivos de desenvolvimento de natureza econômica e social” (p.8). A Teoria do Capital Humano expressa que o investimento no fator humano promove maior remuneração e conseqüente redução das desigualdades sociais existentes. Esse investimento no fator humano provocaria grande retorno individual e social para os países. A competitividade é reforçada para que com isso os países possam concorrer com outros países mais desenvolvidos.

Analisando a premissa de que a escola deve preparar o aluno e formá-lo para que se torne mais competitivo, com isso tornando seu país mais competitivo economicamente também, é ilustrativa a observação de Mello (1995), para quem a educação é “fator importante para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento, no qual a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são decisivas para a competitividade internacional” (p.43).

Assim sendo, os países buscam estratégias para se tornarem mais competitivos mundialmente. Mello (1995, p. 30) afirma que os países

Promovem reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de torná-los mais eficientes e equitativos no preparo de uma nova cidadania, capaz de enfrentar a revolução tecnológica que está ocorrendo no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos.

Da escola passa-se a exigir a função de passar algumas informações e códigos para tornar os alunos mais competitivos. Para a autora, é importante que o indivíduo seja formado e domine habilidades para estarem aptos para o mundo do trabalho: “formação de competências sociais, como liderança, iniciativa, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho, habilidade de comunicação, constituem novos desafios educacionais” (MELLO, 1995, p. 34).

Reiteramos que a questão da competitividade é posta como fator importante para elevar o país ao patamar de desenvolvido. Assim vemos que o sujeito competitivo é o sujeito empreendedor e, neste caso, é relevante que desenvolva a criatividade, a iniciativa, habilidades cognitivas e outras competências. A educação escolar é, pois, o meio mais

próximo para criar essas habilidades. E, segundo Mello (1995), tornou-se necessário que a educação “adquirir centralidade nas pautas governamentais e na agenda dos debates que buscam caminhos para uma reestruturação competitiva da economia, com equidade social” (p.30).

A escola assume neste cenário, a função de transmitir um ideário particularista e imediatista voltado para o mercado. Assim sendo, cada aluno terá que adquirir um “pacote” de competências desejadas pelo mercado. Ocorre a ligação da ideia de qualificação, a noção de que quanto mais escolaridade e um diploma uma pessoa tiver mais chance um país terá de ser socioeconomicamente desenvolvido, ocorre a ideia de que deve haver uma permanência ainda maior nas escolas. A questão de um país ser estável depende do desenvolvimento de competências que auxiliem o indivíduo a se adaptar as exigências que são impostas no mercado globalizado.

O mercado passa disseminar a ideia de algumas competências que são necessárias na formação dos alunos, objetivando-se a construção de sujeitos críticos, participativos e autônomos. Tais competências dariam ao trabalhador a capacidade de encarar situações adversas, especialmente da área profissional, pois aquelas são baseadas na flexibilidade e asseguradas por atributos tais como, responsabilidade, autonomia, polivência e capacidade de se comunicar. Portanto, mantém-se a “essência” formativa tanto na preparação de sujeitos “qualificados” quanto “competentes”, uma vez que a matriz de ambos os modelos está vinculado. Existe uma proximidade entre os conceitos de qualificação e competência, o trabalhador sairia da lógica de ter uma qualificação para a lógica de ser competente e também qualificado.

A educação volta-se para ao mercado na medida em que busca formar o indivíduo competente para se servir eficientemente às demandas. Isso ocorre segundo Ramos (2002, p. 59),

Sobre uma materialidade de relações, organizações processos e instituições que, ao mesmo tempo, condicionam e reprimem as subjetividades, levando-as a atuar segundo a lógica do capital, inibindo a plena objetivação do indivíduo humano como personalidade consciente, crítica e solidária.

Nesta questão de formar as competências, a escola tem um papel de manter o consenso da individualidade e não permitir que os indivíduos questionem qual a validade dessa noção de competência. E então se passa a defender o desenvolvimento de competências para propiciar uma formação que responda as demandas do capitalismo. A

partir disso, a educação passa a produzir ou reproduzir um sistema de valores para responder ao padrão das competências.

Atualmente uma nova maneira de perpetuar os ideais capitalistas e disseminar a noção de competência passa pela difusão do empreendedorismo nas escolas que consideramos seguir a matriz teórica da Teoria Capital Humano. Os aspectos levantados pela autora demonstram sua vinculação ao ideário neoliberal, que enaltece o individualismo, fortalece soluções inovadoras, fomenta o planejamento de projetos e a adaptação às mudanças no mercado. Percebemos que a educação empreendedora vem com o objetivo de criar no aluno a postura adequada para as mudanças atuais que o capitalismo pede.

Neste ponto, se fomenta ainda mais a ideia de competências, para que com estas o indivíduo possa se desenvolver e alcançar sucesso profissional. Segundo a autora é necessário que o desenvolvimento de competências exista para sustentar o espírito empreendedor, como observamos no trecho a seguir:

A inserção do Empreendedorismo no currículo visa, em primeiro lugar, a disseminar a cultura empreendedora, a importância do empreendedor na escola e a necessidade de inovar. Isso exige capacitar e orientar os professores para o trabalho com foco na competência empreendedora, promovendo sua integração no desenvolvimento de projetos conjuntos (VILLELA, 2005, p.13).

Assim, como o Empreendedorismo na escola, a Teoria do Capital Humano incentiva a escola a transmitir diversos valores e habilidades funcionais ao sistema econômico vigente. Como observa Frigotto (1993, p. 40):

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção.

Essas competências são úteis para formar o indivíduo flexível, com a postura empreendedora que o capitalismo requer. Com relação às competências pede-se que os indivíduos sejam formados para se adaptar aos constantes avanços pelos quais passamos. O indivíduo competente possui melhor condição social e com isso se exime da desigualdade social. Mello (1995, p. 32) corrobora o ponto de vista da justiça criada a partir dos pressupostos da sociedade “competitiva”.

Dado o padrão desigual de desenvolvimento tanto no continente como um todo, como no interior de cada país, a preparação do conjunto da sociedade para incorporar os avanços tecnológicos, de modo a utilizá-los para melhorar a qualidade de vida, é condição para evitar a ação de novos elementos de seletividade e desigualdade social.

O termo competência passa a representar os objetivos do indivíduo que se adapta às mudanças e pode melhorar sua vida. E, segundo Villela (2005), como é evidente a relevância das competências, é necessário que “a escola reveja seus objetivos e que se organize a partir de uma reflexão sobre a proposta de educação que oferece condições para o desenvolvimento das competências que fazem o novo acontecer” (p.14).

Percebemos nas descrições acima que as teorias analisadas vinculam a educação ao desenvolvimento econômico e acabam por mascarar as verdadeiras situações que causam a desigualdade imposta. A educação enfrenta vários modismos que tendem a coloca-la como salvadora do mundo e como a que pode reerguer um país e provocar uma grande mudança na ordem das classes sociais.

Os ideais impostos pela Teoria do Capital Humano, Empreendedorismo e os organismos multilaterais e a doutrina neoliberal, passam a ilusão de educação de qualidade, educação que alcance a todos, que coloque acima de tudo os interesses individuais e que nos leve a uma sociedade harmônica e democrática, no entanto, os objetivos reais que estão subjacentes a estas tendências, acabam se concretizando e disseminando os ideais mercadológicos e servindo para manter as mazelas provocadas pela desigualdade social e também para justificar esta desigualdade e depositar nos cidadãos a culpa por sua condição. A educação opera tendo a função de transmitir valores e conhecimentos que são úteis apenas para formar o indivíduo para o mercado, com o perfil que o capital anseia. A educação torna-se produtiva para o paradigma capitalista para os anseios de uma pequena minoria.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que algumas décadas se passaram, porém a Teoria do Capital Humano se revestiu de novas e ideias e incorporou novos “parceiros”, para disseminar os ideais mercadológicos. A educação continua direta ou indiretamente servindo ao capital,

seja formando a mão de obra e o tipo de homem que é útil para este sistema, ou seja, pela mascaramento das relações sociais e das desigualdades provocadas por este modelo.

Diante do exposto, nos propomos ressaltar que este papel da educação atrelada aos interesses econômicos do capital, leva à perpetuação do sistema capitalista, cujo poder está em poucas mãos.

Muitas teorias educacionais fomentam e articulam a educação para que sirva à manutenção do status quo e forme o tipo ideal de homem para este fim. Faz-se necessário, portanto, levantar as críticas necessárias para que este ciclo de subserviência se rompa.

Para Saviani (2000) é preciso pensar uma educação que busque refletir criticamente as relações sociais e romper com os mecanismos de adaptação. Assim, “o papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes” (p.30).

Temos que questionar as teorias e práticas que mascaram os propósitos efetivados pela educação escolar. Temos que buscar os fundamentos de uma escola que leve os alunos a perceberem a estrutura e funcionamento da sociedade capitalista, tendo então condições de alterá-la.

A escola tem se constituído em uma instituição reprodutora das relações sociais de produção, geralmente é usada como mediadora dos interesses do capitalismo. Saviani (2000, p. 96) nos lembra que deve haver “a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação.”.

A educação tem sido influenciada pelos padrões do 'mercado', centra seus princípios e práticas na racionalidade mercantil, produtividade, competitividade e flexibilidade. Ajusta-se aos padrões da “condição pós-moderna”, motivada por valores midiáticos e por ideais de mistificação da realidade e assim, surge a busca por uma proposta de educação escolar que reflita a atual situação e proponha uma ruptura visando uma educação que alcance a todos.

REFERÊNCIAS

ACÁCIA, Kuenzer. **Ensino de 2º grau: O trabalho como princípio educativo.** 3edª. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 27-51.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.75-121.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GENTILI, Pablo A.A; SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 4ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

MIRANDA, Marília Gouvêa. Novo paradigma de conhecimentos e políticas educacionais na América Latina. Faculdade de Educação da UFG. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 100, p. 37-48, mar., 1997.

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade: Desafios educacionais do terceiro milênio**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

MÉSZÁROS, István. Trad. Tavares, Isa. Trad de: Education beyond capital. **A educação para além do Capital**. São Paulo; Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

UNESCO. **Educação para todos: o imperativo da qualidade: relatório conciso-2005**. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137334POR.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2009.

UNESCO. **Educação para todos: alfabetização para a vida: relatório conciso- 2006**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001442/144270por.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2009._____.

UNESCO: educação e cuidados na primeira infância: Relatório conciso - 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001477/147785por.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2009.

VILLELA, Cláudia. Empreendedorismo na Escola. In: ANDRADE, Rosamaria Calaes de (org.). **O empreendedorismo na escola**. Belo Horizonte: Artmed/ Rede Pitágoras, 2005. p.11-58.